



capes

**COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

Conselho Deliberativo—Amadeu Cury, Celso Barroso Leite (diretor-executivo), Edrizio Barbosa Pinto (representante do Departamento de Assuntos Universitários), Eduardo Faraco (presidente), Fernando Paulo Simas Magalhães, Hélio Homero Bernardi, Jacob Palis Jr., (representante do Conselho Nacional de Pesquisas), José Walter Bautista Vidal, Maria Aparecida Pourchet Campos, Mário Werneck de Alencar Lima, Orlando Magalhães Carvalho, Pedro Calheiros Bonfim (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral).

Política de Pós-graduação

Suzana Gonçalves

A análise dos relatórios dos bolsistas da CAPES no País evidencia a disparidade de formação entre graduados provindos de centros universitários mais desenvolvidos e aqueles que encontram dificuldade em acompanhar cursos de Mestrado que exigem boa base nas disciplinas de suporte. Estes últimos são obrigados a reforçar seus conhecimentos em disciplinas de cursos de graduação, o que resulta em onerosa sobrecarga de tarefas.

A experiência comprovada induz os Coordenadores de Cursos a organizarem sua programação, destinando praticamente o primeiro período à revisão. Isso prejudica os que têm potencialidade para iniciar o Mestrado, sem resolver a situação dos que não a possuem, já que em tão curto prazo não conseguem assimilar o acúmulo das informações que lhes são fornecidas.

Turmas inomogêneas não alcançam o coeficiente de rendimento desejável; e, malgrado o esforço, muitos são obrigados a desistir a meio do caminho.

São os próprios bolsistas que apontam a necessidade de um período inicial preparatório para os provenientes de instituições menos providas de recursos técnicos e didáticos, o que é apoiado pelos Coordenadores de Cursos, em face da realidade irretorquível e sobejamente constatada.

A estrutura universitária brasileira é reflexo da estrutura do próprio País. Descurando as cambiantes, poderíamos dizer que não existe, do ponto-de-vista sócio-econômico, um só Brasil, porém três Brasis: o em estágio de desenvolvimento, o em vias de desenvolvimento e o subdesenvolvido. Da mesma forma, temos universidades incipientes, outras que já adquiriram certo grau de maturidade e aquelas que, dentro do relativo de nossas condições, já podem ser consideradas como capazes de realizar tarefas que supõem bom nível de qualidade.

As primeiras sequer ousam enviar professores de certas áreas

para cursos de aperfeiçoamento. Criteriosamente, solicitam apenas o suporte financeiro para a realização de cursos intensivos, utilizando professores visitantes de centros mais adiantados. As segundas, em determinados setores, já podem ministrar aperfeiçoamento. As últimas estão habilitadas a ministrar cursos de pós-graduação que conferem grau.

É de se salientar que, dentro da própria estrutura de cada universidade (mesmo as mais desenvolvidas), existem disparidades, que devem ser progressivamente recuperadas, para que se possa integrar o todo orgânico. Na realidade, mesmo nos países em que a pós-graduação já alcançou nível invejável de excelência (os Estados Unidos, por exemplo), cada universidade, dentre as maiores, se destaca em certas áreas, porém jamais em tôdas.

Assim sendo, o que interessa ao Brasil é uma política objetiva de pós-graduação, a partir da natureza das coisas, ou seja, da própria realidade.

Esta política suporia três níveis de cursos:

- a) intensivos;
- b) de aperfeiçoamento;
- c) de pós-graduação que confere grau.

Os cursos intensivos funcionariam como estágios probatórios, a par de um período de recuperação, findo o qual os professores responsáveis seriam capazes de chegar a um diagnóstico sobre cada qual dos participantes, avaliando se já estariam aptos a ingressar no Mestrado, ou não.

Note-se que certas instituições, algumas auxiliadas pela CAPES, já realizam este estágio preliminar. É o que se verifica é que, ao término dele, nem todos os inscritos são aprovados para cursar o Mestrado. Exemplos: Biofísica e Microbiologia da UFRJ, Psicologia da USP.

Os que, no final deste tipo de estágio, fôssem considerados sem condições para o ingresso em Mestrado seriam aconselhados a fazer um curso de aperfeiçoamento de duração mais prolongada (um ano, por exemplo). Homogeneizados e reforçados seus conhecimentos, habilitar-se-iam, então, para o Mestrado.

Numa visão como esta, o primeiro tipo de curso poderia ser realizado, ou por deslocamento dos treinandos, ou por deslocamento do grupo de professores para um centro local. O segundo tipo seria realizado em centros geo-educacionais com potencialidade para cumprir a tarefa. O terceiro, em centros de excelência credenciados.

Pós-graduação "stricto sensu" não pode surgir por decreto, ou por ação de cima para baixo. Supõe sedimentação, vale dizer, necessária fase de decantação, a partir de um bom nível de graduação.

O estágio intermediário seria uma etapa de transição, para que os centros geo-educacionais, reforçando sua experiência, massa crítica de professores com títulos indispensáveis, equipamentos de laboratório e de biblioteca, pudessem ascender ao nível de centros de excelência.

A presente análise, para mais facilmente enfocar o problema, restringe-se a um tipo determinado de pessoal a ser qualificado em nível de pós-graduação: o próprio pessoal docente das universidades.

Em quaisquer níveis de ensino no Brasil, o objetivo fundamental da melhoria de seus padrões pressupõe a preliminar da qualificação do pessoal docente. E a Lei obriga o professor universitário a possuir títulos pós-graduados, para exercer o magistério e ascender na carreira.

Com mais força se aplica àqueles que nem sequer são docentes e cuja formação graduada se diversifica, notoriamente, a partir da instituição que lhes conferiu o grau. Não há deslustre para ninguém nesta constatação. Nos Estados Unidos, um diploma da Harvard, de Stanford, de Princeton, etc., tem um peso e uma expressão bem diferentes daqueles de pequenas universidades ou simples "colleges".

Outro aspecto que mereceria cuidado é o fato de que, se os cursos superiores são, indiscutivelmente, por sua própria natureza, seletivos, mais seletivos ainda são os cursos pós-graduados. Muito poucos têm a potencialidade necessária para o Mestrado; e pouquíssimos para o Doutorado.

A pós-graduação não é o 5º, 6º ou 7º ano de um curso superior. Representa uma mutação qualitativa. Tem estrutura absolutamente peculiar. E exige pré-requisitos que se prendem a tendências e dons naturais, que não podem ser supridos ou compensados por outros mecanismos.

Sob pena de lhe minimizarmos o conceito, admitindo, no nascedouro, o prejuízo de um processo degenerativo de sua essência e finalidades, a pós-graduação tem de ser encarada com rigor, a partir da premissa de que, embora muitos, pretensamente, aspirem ao ingresso em cursos deste nível, poucos devem ser os selecionados.

A seleção supõe mecanismos seguros e jamais concessivos, mesmo tendo-se em conta que a realidade brasileira acima esboçada subentende a flexibilidade necessária, para que a todos seja garantido o direito do talento.

Ministro Fala no Forum de Ciência e Cultura

Ao proferir a aula inaugural do Curso de Estudos de Problemas Brasileiros, no Forum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, alertou para as possíveis distorções do ensino de Moral e Civismo nas escolas de nível superior, dizendo que nessa cruzada nacional não há lugar para os professores "desastrados" nem para os "infiltrados".

O grande objetivo da nova disciplina é mostrar o Brasil dentro de seus padrões morais e espirituais, sem que o professor seja, no entanto, um simples vendedor de idéias do Governo.

Considera o Ministro da Educação e Cultura que o ensino de Moral e Civismo não deve ser neutro do ponto-de-vista ideológico: o professor tem o direito de fazer a análise crítica da situação, mas respeitando aquilo que faz parte da tradição brasileira.

A aula do Ministro Jarbas Passarinho abriu uma série de conferências promovida pelo Forum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Temas atuais sobre a Amazônia, Nordeste e até a política externa são abordados, visando oferecer aos professores universitários uma visão global dos problemas brasileiros, tendo em vista a finalidade da disciplina de Educação Moral e Cívica nos estabelecimentos de ensino superior.

Ressaltou o Ministro Jarbas Passarinho a importância da matéria diante da tentativa de destruição de nossos princípios morais. Como exemplo marcante do fenômeno, que não se observa apenas

no Brasil, mas em todo o mundo, citou o caso de "Hair". Revelou que assistiu à peça em Londres e ficou paralisado, no final do espetáculo: tudo que havia presenciado era a própria negação da sociedade.

"Meu espanto foi maior por ver que a platéia delirava com as cenas desenvolvidas no palco. A bandeira norte-americana servia ao mesmo tempo para cobrir certas partes de alguns atores e para limpar o chão. A exibição chegava ao auge de oferecer aos olhos do público até mesmo atos imorais."

No seu entender, deve ser feita nas salas de aula a radiografia do marxismo.

"O que não se deve permitir é sua apresentação como catecismo. O marxismo tem uma total incompatibilidade com o humanismo."

A censura nos países socialistas foi outro aspecto abordado pelo Ministro Jarbas Passarinho.

"Escritores que têm a coragem de revelar aspectos negativos da chamada *democracia* desses países são encarcerados, e a esse respeito existem numerosos exemplos. O próprio Kruchev continua pagando a audácia de ter denunciado os 30 anos de terror do regime de Stalin. Todos os regimes totalitários acabam provando que a democracia, com todos os seus defeitos, é a melhor maneira de se viver. Aquêles regimes de maneira nenhuma podem servir de modelo para o Brasil."

A uma pergunta sobre a adequação do ensino de Civismo em uma Faculdade de Direito, por exemplo, o conferencista afirmou que não é problema difícil. O estudante de Direito tem o dever de conhecer o que se faz em seu país. Ele deve estar a par não só do programa de integração da Amazônia como da planificação familiar.

Exibindo um livro de Daniel Cohn-Bendit, o Ministro Jarbas Passarinho lembrou a definição marxista de escritor (trabalhador produtivo que produz idéias e que enriquece o editor, fortalecendo o regime capitalista em última análise) e fez comparações sobre os números de universitários na França, "país desenvolvido", e no Brasil: "lá são 600 mil, segundo este livro, e aqui são 500 mil". Enfatizou que apenas seis por cento dos universitários franceses são filhos de trabalhadores rurais e no Brasil esse número sobe a 10%, já que os outros 70% descendem da classe média e os 20% restantes são da classe abastada.

"No livro", continuou, "há uma diferença entre as definições do conflito de gerações e da revolta dos jovens: uma é a revolta contra aqueles que vivem mais do que devem, ocupando lugares dos mais jovens, e a outra é a completa aversão ao sistema em si."

Citando alguns axiomas marxistas, o Ministro criticou a falta de religiosidade dos jovens, afirmando que só o socialismo e o materialismo compreendem a religião "como fator aberrante, fantástico, como corrente filosófica anticientífica". Lembrou inclusive o que Lenine disse sobre o homem (um ser inconciliável quando religioso) e sobre a moral (que "deve ser a do interesse do Partido Comunista").

Reitor Sugere Medidas Para Melhorar Ensino

O Ministro Jarbas Passarinho e os dirigentes de instituições de ensino superior defendem pontos coincidentes quanto à necessidade de melhor qualificação profissional para o exercício do magistério, assim como uma política de reequipamento das Universidades e de quantas entidades—mesmo as particulares—se dediquem à formação de pessoal em nível universitário. Desde que assumiu a pasta, outra não tem sido a tônica dos pronunciamentos do Ministro da Educação e Cultura.

Convênios com instituições internacionais e governos estrangeiros foram assinados, inclusive com países do Leste Europeu, com vistas ao reequipamento das instituições de ensino superior; a par disso, a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outros órgãos governamentais têm procurado expandir o mais que permitem seus recursos a concessão de bolsas-de-estudos no País e no Exterior, ou de auxílios às próprias instituições de ensino e pesquisa altamente qualificadas. Todos esses fatos demonstram a preocupação do Governô com a formação dos que amanhã serão chamados a assumir os destinos do País.

Assim, outra não é a conclusão a tirar dos recentes pronunciamentos feitos por dirigentes universitários, como o do Reitor Miguel Reale, da Universidade de São Paulo, que, em entrevista a O Globo, afirmou nada justificar as condenações candentes e indiscriminadas às universidades brasileiras, as quais apresentam uma gama diversificada de valores, que vai desde índices equivalentes aos das melhores instituições norte-americanas e européias até padrões deficientes e medíocres". Acrescentou já ser "tempo de superarmos uma

das notas características das culturas subdesenvolvidas, que consiste numa atitude hipercrítica levada ao extremo patológico da auto-flagelação".

O que interessa, segundo o Reitor Miguel Reale, em assunto tão delicado, é a análise objetiva e serena dos fatos, a começar por suas raízes históricas. "De mais a mais, como emitir juízos, neste ou naquele sentido, sem o conhecimento direto e pessoal dos centros universitários do País? Pelo que me tem sido dado observar, visitando várias de nossas universidades, é inegável um salutar progresso em nosso sistema de ensino superior, sobretudo no de caráter oficial, denotando firme propósito de superar os obstáculos que impedem a atualização dos processos de ensino e pesquisa, em função das conquistas mais avançadas da ciência e tecnologia, e sua articulação com o processo de desenvolvimento nacional."

Disse sentir-se à vontade, "presidindo uma universidade que, pelo testemunho reiterado de mestres ilustres que continuamente a visitam, já atingiu categoria internacional, para desfazer a imagem deformante da universidade brasileira, que alguns timbram em acentuar, às vezes com as mesmas frases de efeito, há mais de dez anos, enfadonhamente repetidas."

"Há erros e deficiências graves a corrigir, inclusive na USP, mas não são, no fundo, diversos dos que estão afligindo o ensino superior em povos altamente desenvolvidos. Ainda em fins do ano passado, em visita a universidades alemãs e italianas, pude notar, ao lado de pontos altos, aspectos manifestamente negativos, como, por exemplo, a gritante desproporção entre as estruturas materiais e docentes e o imenso número de alunos; a frequência livre, e, em certos setores, como o das ciências médicas, um curso de graduação puramente teórico, desacompanhado de concomitante prática hospitalar."

Ao focalizar a realidade e as perspectivas da Universidade brasileira, concordou que o ponto mais crítico do sistema são as universidades e os institutos isolados que não dispõem de corpo docente especificamente preparado e, que, pelo visto, não cuidam de prepará-lo. Se há instituições que procuram atualizar-se na medida dos recursos disponíveis, outras—e são em maioria—não tomam, nem parecem interessadas em tomar conhecimento das reformas que se processam no campo do ensino universitário, bastando-lhes a aprovação formal dos respectivos quadros docentes pelo Conselho Federal de Educação. Os cursos de Mestrado e Doutorado parece que não existem para tais estabelecimentos, que se limitam a ministrar

as aulas suficientes para o estrito e sumário atendimento dos currículos mínimos exigidos para a expedição de diplomas.

Contudo, o Reitor Miguel Reale pondera que para se formar um juízo seguro sobre a Universidade brasileira deve-se atentar para certos antecedentes históricos. Em primeiro lugar, a nossa Universidade é recente: surgiu em 1934, inspirando-se no modelo francês, com as modificações que, no decorrer do século passado, lhe infundiu o "enciclopedismo positivista", que levou à concepção cerebrina de um instituto matriz, que seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, "idéia essa felizmente abandonada na recente reforma da Lei de Diretrizes e Bases de Ensino Superior".

"Deve-se notar, todavia, que ao adotarmos o modelo francês o enxertamos com dois princípios da experiência ianque: o "numerus clausus", ou seja, o número limitado de matrículas em cada estabelecimento; e a frequência obrigatória. Com isso, o Brasil evitava dois grandes males que afligem a maioria das universidades européias e latino-americanas, onde centros universitários, como os de Roma, Buenos Aires ou México, têm alunos matriculados em número bem superior à sua real capacidade. Em alguns casos, essa desproporção chega a ser calamitosa, de tal modo que só por eufemismo se pode falar que haja em qualquer país latino-americano atendimento à juventude universitária superior ao existente em nossa terra. Não podemos cotejar dados estatísticos relativos a sistemas diversos de ensino. Se na Universidade de São Paulo não houvesse "numerus clausus" não teríamos 24.000, mas sim 120.000 estudantes com uma ilusória "população-universitária".

Lembrou o Reitor da USP que, como decorrência da limitação das matrículas nos estabelecimentos oficiais e do crescente afluxo de aspirantes aos cursos superiores, verificou-se verdadeira eclosão de estabelecimentos particulares, muitos deles fundados em condições precárias, como empresas antes mercantis do que culturais.

"Além da precariedade das instalações e dos equipamentos", disse, "surgiram "professôres" como cogumelos, independentemente de qualquer preparo ou seleção específicos, recrutados segundo critérios puramente formais dentre os diplomados em Direito, Engenharia ou Medicina, para lecionarem as mais variadas disciplinas, desde Geologia até Psicologia Social. Foi um mal, sem dúvida, mas é o caso de perguntar se não teria sido mal maior abrir as comportas das univer-

sidades oficiais, ainda em fase de consolidação. Pelo menos foram preservados alguns centros, capazes de fornecer ou aprimorar o pessoal docente, graças aos cursos de pós-graduação que estão sendo instalados."

Referiu-se a seguir à verdadeira explosão de candidatos aos cursos universitários, na última década, revelando-se insuficientes e precárias as instalações existentes, sob o aspecto tanto qualitativo como quantitativo, inclusive em virtude da exigência de novas formas de especialização em áreas implantadas pelo vertiginoso progresso científico.

"Parece-me necessário dar destaque a um fato que veio alterar substancialmente o panorama universitário brasileiro. Refiro-me à lei que converteu repentinamente em universidades federais diversos institutos que vinham tendo vida precária em vários Estados da Federação, sobretudo em regiões de menor capacidade financeira. Foi um ato audacioso e decisivo do Governo Federal, chamando a si encargo tão relevante e essencial para o destino da Nação."

Observou a seguir:

"Não faltou quem olhasse com apreensão ou temor essa transmutação radical, que a princípio absorveu os males antigos, dando *status* docente a professor nem sempre devidamente selecionado. Aos poucos, porém, os efeitos se revelaram benéficos, tornando possível a instauração de Universidades que vieram progressivamente aperfeiçoando os seus sistemas de ensino e pesquisa. Devem-se sobretudo à seriedade e ao planejamento, que passaram a imperar no Ministério da Educação e Cultura após a Revolução de 1964, algumas conquistas inegáveis, não só com referência a instalações e equipamentos, mas também no concernente a maior preparo técnico do professorado. Nesse ponto, a USP se enviaidece de ter prestado e continuar prestando sua colaboração a diversas universidades brasileiras, as quais têm concedido a seus mestres bolsas de aperfeiçoamento e especialização também nos Estados Unidos e na Europa.

"Já tive ocasião de apontar erros e acertos do sistema de 1934, superado pelo sistema ora em vigor, que não só substituiu as cátedras pelos departamentos, como deu mais ênfase aos chamados "cursos básicos", nos quais se desmembrou a heterogênea Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que, no entanto, por manifesto equívoco, ainda continuam a ser criadas. Ao lado dessas modificações de estrutura, que têm encontrado certas resistências por parte de escolas

que se consideram intocáveis, não admitindo, por exemplo, cursos comuns às diversas áreas biológicas—o mais importante é a alteração ensejada na metodologia do ensino, completadas as aulas teóricas ou magistrais por seminários, aulas práticas, debates, etc., sendo a aferição do mérito realizada por processos que exigem maior frequência por parte do estudante e maior dedicação por parte dos mestres.

“Se reconheço, porém, aspectos positivos na atual Universidade brasileira, cabe-me, com igual imparcialidade, apontar alguns erros e perigos. Em primeiro lugar, vejo certo risco na força desmedida que se quer dar aos departamentos, que podem ser corroídos pelas rivalidades internas, com a formação inadmissível de correntes “político-universitárias”, de cunho pessoal, quando não ideológico, disputando a direção do órgão, sem respeito aos valores hierárquicos da carreira universitária, que representam saber e experiência comprovados. Se viesse a prevalecer o puro critério numérico nos Conselhos de Departamento, teríamos o mal das “oligarquias departamentais”, mais grave do que o da tão malsinada “ditadura das cátedras”. É indispensável que os departamentos não se convertam em órgãos soberanos, sem subordinação aos órgãos superiores das universidades.

“Por outro lado, o sistema em vigor exige grande número de professores, e professores não se improvisam. Se a seleção dos “auxiliares de ensino”, que constituem a grande base de contato com o corpo discente, se fundar em preferências pessoais e não no mérito dos candidatos, corre-se o risco de comprometer a carreira universitária, que se pretende instaurar com base em títulos acadêmicos.

“Nesse sentido, merece elogio o Governo Federal pela preocupação de instituir “Centros Regionais de Pós-Graduação”, devidamente credenciados. Esperemos que as autoridades competentes não outorguem credenciais para formar mestres e doutores a universidades ou faculdades desaparelhadas para tão relevante tarefa. Já basta a desastrosa habilitação concedida a desnecessários cursos de graduação.”

O MAIOR DOS MALES—Referindo-se a certas universidades e institutos isolados que não dispõem de corpo docente especificamente preparado, acentuou:

“Como essas escolas habilitam para o mercado de trabalho um número considerável e cada vez maior de “diplomados”, pode-se bem calcular o que essa produção de “bacharéis”, “licenciados” e “técnicos” em massa representa de pernicioso para a cultura e o desenvolvimento do País, especialmente se se tem em conta que é para elas que se dirigem os estudantes com curso secundário mais deficiente,

aquêles que às vezes nem sequer tentam ingressar nas universidades de padrão mais alto.”

O Prof. Miguel Reale declarou não pretender entrar no exame dos critérios segundo os quais o Conselho Federal de Educação julgou bastantes e satisfatórios os currículos dos professores oferecidos por tôdas essas escolas superiores “que se esparramam pelo território nacional.” E finalizou:

“O que é necessário é considerar essa admissão de caráter provisório, subordinada à posterior satisfação de requisitos mínimos, que são os cursos de Mestrado e Doutorado previstos nas novas leis, como condição de acesso na carreira universitária. É claro que é preciso levar em conta, pelo menos nesta fase de transição, o valor da produção científica que alguns mestres souberam realizar, suprimindo por esforço próprio a ausência de formação específica ou de títulos acadêmicos. Aos demais dever-se-ia assinar prazo para a devida habilitação.”

Sucupira: Críticas à Reforma São Genéricas

As críticas à reforma universitária, surgidas sobretudo quando as transformações atingem em cheio as rotinas cristalizadas e os privilégios estabelecidos, são manifestações contrárias a qualquer reforma, segundo afirma o Prof. Newton Sucupira, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura.

Além disso, são genéricas. Não indicam concretamente os possíveis pontos fracos. Embora não negue a existência de imperfeições—falhas passíveis de serem corrigidas pela prática da reforma no sentido mais amplo de sua filosofia—o diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC sugere que essas críticas deixem os lugares comuns e passem a trazer contribuições efetivas, alvitando soluções adequadas e racionais.

“Há tempos, um diretor de faculdade dizia ter a reforma desprezado o fator histórico na formação da cultura superior no País. Pois eu confesso”, acentuou o Prof. Newton Sucupira, “que desprezamos deliberadamente esse fator histórico, que é um dos responsáveis por essa cultura verbal que ainda nos domina, e também pelo tardio despertar para a compreensão científica do mundo e sua transformação pela tecnologia.”

Para o diretor do DAU o tradicionalismo do ensino superior é responsável pelo nosso atraso educacional e suas conseqüências negativas no processo de desenvolvimento do País. Até 1930, a formação universitária limitava-se às profissões liberais. Bacharéis em direito, médicos, engenheiros civis—qualificações que davam “status” social—era tudo de que necessitava uma sociedade eminentemente patriarcal, pré-industrial e pré-tecnológica. Quando entramos na revolução industrial foi que nos demos conta de que não poderíamos fazer ciência e forçar uma tecnologia com as estruturas arcaicas de nosso ensino superior.

“Na verdade, não temos, no Brasil, uma tradição universitária a defender, pois em matéria de experiência científica tudo está por fazer. Entre nós, existe, sim, uma tradição de faculdades profissionais independentes, das quais precisamos nos libertar, se quisermos instaurar uma Universidade moderna e criadora.”

Voltando às críticas à reforma universitária, disse o Prof. Newton Sucupira que elas carecem de conhecimento dos instrumentos legais que são o seu suporte. Baseiam-se, sobretudo, nos “colleges” norte-americanos, o que demonstra até mesmo o desconhecimento de sua finalidade, uma vez que o ciclo básico de um ano, preconizado para a Universidade brasileira, mediante a sua reestruturação, nada mais é do que uma adaptação dos “colleges” à nossa realidade educacional, sistema a que também estão recorrendo as universidades européias.

O Prof. Newton Sucupira vê necessidade de o Brasil recorrer a modelos estrangeiros na fase da implantação de nossa Universidade, mas afirma que a política da reforma vai adaptar certos esquemas que são válidos a uma Universidade moderna em qualquer país. Contudo, ainda decorrerá muito tempo antes que a Universidade brasileira tenha desenvolvido plenamente suas potencialidades e sua plena identidade, para definir uma imagem original. Por isso não vê nenhum mal no aproveitamento de experiências de outros países, pois a criatividade na ciência e na cultura não tem pátria. Pertence ao mundo, à humanidade.

“Um exemplo concreto e insofismável: os próprios Estados Unidos, no século passado, não hesitaram em aproveitar uma experiência da Universidade alemã, trazendo, em 1876, para a Universidade John’s Hopkins o “graduate school” da Faculdade de Filosofia alemã.”

CAPES: Faraco Preside Agora seu Conselho Deliberativo

Eleito para presidir o Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Prof. Eduardo Faraco, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assinalou a importância da pós-graduação para os destinos da Universidade e do próprio desenvolvimento brasileiro em todas as atividades para as quais se exija alta qualificação profissional.

A eleição do Prof. Eduardo Faraco, que foi unânime, decorreu do término do mandato do Prof. Amadeu Cury, novo reitor da Universidade de Brasília.

Eduardo Faraco é de Alegrete, Rio Grande do Sul. Diplomou-se em 1939 pela antiga Faculdade de Medicina de Porto Alegre, na qual passou a exercer o magistério dois anos depois, sendo atualmente titular da cadeira de Terapêutica Clínica daquele estabelecimento, integrante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cuja reitoria exerce desde 1968.

Com larga experiência internacional—estagiou em universidades norte-americanas e européias—o Prof. Eduardo Faraco foi designado em 1964 para a Comissão de Reestruturação da UF do Rio Grande do Sul, e em 1966 para integrar o Conselho Deliberativo da CAPES, ao qual foi reconduzido em 1970 pelo Ministro Jarbas Passarinho. Possui grande número de trabalhos apresentados em congressos brasileiros e internacionais.

Ao ser saudado pelo Prof. Amadeu Cury, o novo presidente do Conselho Deliberativo da CAPES disse não ser fácil a direção de órgãos colegiados. E mais difícil se torna o exercício de um cargo dessa natureza quando a responsabilidade se vincula aos altos interesses da política educacional, “em uma hora de transição,

em que a expansão dos conhecimentos se reflete sobre as estruturas políticas, sociais e econômicas do País”.

“Todos quantos detenham uma parcela de responsabilidade— instituições, pessoas, e particularmente no caso da CAPES, devem permanecer atentos”, segundo o Prof. Eduardo Faraco, “para surpreender os fatores subliminares dos progressos atuais em todos os campos da ciência. Se é relativamente fácil imaginá-los em uma sociedade em crescimento, é difícil surpreendê-los em uma sociedade em descontinuidade, talvez porque esses fatores sejam mais importantes que os ostensivos. Isso torna mais complexa a tarefa da CAPES, exigindo dos que são convocados a representá-la uma consciência plena das dificuldades a enfrentar e a firme decisão de bem exercer a responsabilidade que lhes é conferida.”

INL Coeditará Também Livros Técnicos e Didáticos

O Presidente da República extinguiu a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e transferiu suas atribuições ao Instituto Nacional do Livro. Dispõe o decreto que os recursos depositados no Banco Central, em nome da comissão, passarão para o Instituto Nacional do Livro.

É o seguinte seu texto:

Art. 1.º O incentivo, orientação, coordenação e execução das atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos, a que se refere o Decreto n.º 59.355, de 4/10/66, passam à competência do Instituto Nacional do Livro.

Parágrafo único. Para o atendimento dessa finalidade, cabe ao Instituto Nacional do Livro:

I—definir, quanto ao livro técnico e ao livro didático, as diretrizes para a formulação de programa editorial e planos de ação do Ministério da Educação e Cultura;

II—autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores e editores, gráficos, distribuidores e livreiros;

III—autorizar a concessão de auxílios e a prestação de assistência técnica, aprovando os relatórios sobre sua aplicação ou desenvolvimento;

IV—promover estudos e prestar a assistência que lhe for solicitada, tendo em vista as finalidades previstas neste decreto;

V—colaborar com outros órgãos públicos ou particulares de objetivos idênticos, equivalentes ou correlatos;

VI—examinar e aprovar projetos específicos de trabalhos que lhe sejam submetidos sobre o livro técnico e o livro didático.

Art. 2.º Os recursos financeiros depositados no Banco Central da República, em nome da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), criada pelo Decreto n.º 59.355, de 4/10/66, continuarão a ser contabilizados por esse banco, em conta em nome do Instituto Nacional do Livro.

Parágrafo único. As contas bancárias existentes no Banco do Brasil S/A em nome da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) passarão à responsabilidade do Instituto Nacional do Livro, que as movimentará.

Art. 3.º Fica revogado o Decreto n.º 59.355, de 4/10/66, transferindo-se para o Instituto Nacional do Livro o pessoal, acervo e outros recursos financeiros alocados à Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

CNPq Dará Mais Incentivo à Ciência e à Tecnologia

O Conselho Nacional de Pesquisas patrocinou, em São Paulo, um Encontro de Instituições de Pesquisa e de Apoio à Tecnologia Nacional, que reuniu mais de uma centena de cientistas, professores e diretores de entidades científico-tecnológicas brasileiras.

Foram debatidos os seguintes temas, entre outros: a tecnologia e o desenvolvimento, nos seus aspectos de objetivos e política geral; os mecanismos de interação entre instituições de pesquisas tecnológicas e o sistema produtivo do País; a integração estrutural de um sistema de pesquisa tecnológica; o relacionamento entre as universidades e os institutos de pesquisa; o estudo da influência já alcançada pelas recomendações do relatório do CNPq “A Pesquisa Industrial, no Brasil, como Fator de Desenvolvimento” (publicado em 1968); os incentivos para ampliar o corpo científico e tecnológico brasileiro; a utilização de incentivos fiscais e outros na pesquisa

industrial; o sistema nacional de informação tecnológica, livre e patenteada; e os sistemas de apoio à indústria de construção civil, à metalurgia extrativa, à indústria de beneficiamento de minérios e à tecnologia de saneamento básico.

As conclusões e recomendações insistiram em alguns pontos capitais: dinamização dos organismos já existentes, baseada em um *modus operandi* orientado para a solução de problemas objetivos e práticos, e em projetos definidos e desenvolvidos através de equipes multidisciplinares; fuga aos padrões do serviço público, procurando-se aplicar o regime de trabalho da Consolidação das Leis do Trabalho; estabelecimento de níveis salariais competitivos com os do meio em que esteja atuando a entidade, e correlacionados com o mérito de cada um; **busca de recursos através de engenhosos incentivos fiscais e da criação de fundos legais destinados à pesquisa**; preparo de adequada capacidade gerencial para as entidades de pesquisa e universidades; entrosamento íntimo entre indústria, institutos de pesquisas e órgãos de pós-graduação universitária; finalmente, instalação de um adequado e dinâmico sistema de informação científico-tecnológica de apoio infra-estrutural à pesquisa.

O Conselho Nacional de Pesquisas, pela palavra do seu presidente, Gen. Artur Mascarenhas Façanha, se propôs a consolidar e apreciar as recomendações, e submeter ao Governo diretrizes para a fixação de uma Política de Pesquisa Científico-Tecnológica estimuladora do Desenvolvimento Nacional, acrescentando: "Não estamos aqui para discutir se é importante para o Brasil o progresso técnico-científico, mas para debater como atingi-lo."

O Gen. Façanha iniciou seu pronunciamento com uma afirmação do Presidente Emílio Garrastazu Médici: "Compete-nos, na realidade, transformar nossas potencialidades, e emprendermos a empolgante escalada para o desenvolvimento."

Disse que nesta fase de procura de tecnologias novas e mais adequadas é que serão solicitadas ao máximo a capacidade e a determinação dos técnicos e empresários brasileiros. E só "obteremos novas tecnologias, e sobretudo tecnologias mais adequadas às contingências brasileiras, se conseguirmos harmonizar as relações do trinômio Universidade-Instituto-Indústria."

Segundo o Gen. Façanha, é o Conselho Nacional de Pesquisas que deve fornecer ao Governo os elementos precisos e adequados para a formulação de uma política tecnológica nacional. Ressaltou

a importância dos debates para "obter um quadro real das atuais possibilidades e principais deficiências das mais importantes instituições de pesquisa tecnológica do País, delineando-se um sistema mais eficiente de colaboração e comunicação entre os institutos de pesquisas; formular e propor medidas que permitam maior aproximação entre os institutos e a indústria, que deve ser, afinal, a grande beneficiária das instituições de pesquisa; sugerir ao Governo medidas de apoio governamental à pesquisa na indústria, buscando o fortalecimento da empresa nacional, sobretudo nos setores onde a inovação é essencial, não só ao seu crescimento como à sua própria sobrevivência; estimular as relações entre os institutos e as universidades; equacionar o problema de transferência de tecnologias; propor novos incentivos para a pesquisa e para os pesquisadores, de modo a lhes poder oferecer condições compensadoras; e traçar as linhas mestras do sistema nacional de informação tecnológica, que deve ser descentralizado, flexível e eficiente. E finalizou:

"Com êsses resultados, o CNPq terá subsídios para que possa propor ao Governo o estabelecimento de uma política de pesquisa tecnológica para o País, apoiada por um poderoso sistema financeiro que permita a remuneração adequada para o pesquisador e o tecnólogo, e o fortalecimento dos principais órgãos nacionais de pesquisa."

Relações Internacionais Têm Escola na Guanabara

Um novo mercado de trabalho para os profissionais de nível superior vai ser preenchido pelos diplomados da Faculdade de Relações Internacionais, recentemente criada na Guanabara. Integrada à Escola de Altos Estudos de Administração Internacional, que tem mandato da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o novo estabelecimento já está com 600 alunos matriculados em seu primeiro ano básico, e prestes a receber mais 300, mediante novo vestibular.

Seu diretor, Prof. Baster Pilar, explica que a Faculdade de Relações Internacionais objetiva primordialmente acompanhar as relações entre os povos, as nações, os governos, as empresas e as pessoas, fazendo do desenvolvimento a sua principal fonte de estudo e prospecção. Constitui, pois, unidade de ensino e pesquisa, destinada à educação, ao ensino, à formação profissional e à cultura,

em nível superior, no domínio das ciências econômicas, financeiras, administrativas, sociais, políticas e jurídicas, no campo internacional.

O ensino, no ciclo básico, visa a atender ao desenvolvimento integral da pessoa humana e a sua participação na obra das relações econômicas internacionais; ao respeito à dignidade do homem e as suas liberdades fundamentais; à proscrição do tratamento indiscriminado, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e preconceito de classe ou de raça; ao fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; à preservação e expansão do patrimônio cultural.

Já o ciclo profissional, que completa o curso de Graduação, se destina a proporcionar aos alunos conhecimentos e atividades que os habilitem ao exercício profissional, à pesquisa ou ampliação de sua cultura.

Além de se qualificarem para tarefas de assessoramento direto aos setores próprios da administração pública e a entidades como o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Petrobrás, etc., os graduados em Relações Internacionais deverão encontrar fácil mercado de trabalho em consulados, escritórios comerciais no Exterior, agências de turismo, etc. Também estarão qualificados a exercer atividades de alto nível—executivas, de assessoramento e de consultoria—em entidades da Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento e demais entidades que, de uma forma ou de outra, possam ser definidas como internacionais ou multinacionais.

Congresso Examinou Emprêgo da Tecnologia em Educação

Com um discurso no qual abordou a crescente necessidade de estender a moderna tecnologia aos métodos educacionais, o Prof. Newton Sucupira, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, falando em nome do Ministro Jarbas Passarinho, inaugurou no Hotel Glória, no Rio, a I Conferência Nacional de Tecnologia da Educação Aplicada ao Ensino Superior, promovida pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Destacou êle a importância do encontro para o ensino superior brasileiro, cuja tendência de massificação vem se avolumando de ano para ano: "A aplicação da tecnologia no ensino superior faz parte da grande revolução pedagógica de nosso mundo atual. Há entusiasmos fáceis e também reações de conservadorismos, mas, apesar disso, a tecnologia educacional começa a se afirmar."

Disse ainda que a tecnologia aplicada à educação apresenta-se com perspectivas promissoras, pois a Televisão Educativa e outros meios representam uma promessa para a expansão que se avoluma nas universidades. Nesta última década foi quadruplicado o efetivo universitário brasileiro, e nos últimos dois anos o duplicamos. Por isso, não pode o Brasil ficar restrito apenas às formas tradicionais de escolarização.

Especificando mais essa expansão, esclareceu o Prof. Newton Sucupira que enquanto em 1964 o número de universitários brasileiros era de 140 mil, hoje eleva-se a 500 mil, distribuídos em cerca de 60 universidades (32 federais). Em 1973 serão 700 mil.

"Se houve uma expansão no ensino superior, lutamos ainda com a falta de professores qualificados, principalmente nas áreas básicas. Temos que vencer êsse desafio da qualidade e é aí que esperamos da tecnologia educacional, judiciosamente aplicada, os meios necessários para ajudar no empreendimento. Se por um lado temos os meios de expansão do ensino superior, devemos ficar atentos à individualização dêsse ensino, para atender ao postulado da qualidade. Temos de rejeitar as tecnologias românticas, e aos técnicos cabem as soluções e a análise dos problemas que elas acarretam ao homem."

Para o Prof. Newton Sucupira, o uso da tecnologia no ensino superior deve ser precedido de uma análise da nossa realidade educacional. Para a implantação de um processo de ensino através da televisão, teríamos que criar no Brasil centros de recepção audiovisual e um centro nacional, ou centros regionais de produção. "Isto tudo custa caro e teria que ser cuidadosamente analisado", lembrou.

Um dos projetos prioritários no campo do ensino superior a ser tratado nos próximos três meses é o da Universidade Aberta, que permitirá a pessoas que estejam no exercício de atividades profissionais fazer créditos nas matérias exigidas por determinados cursos, até a obtenção do diploma. Uma das vantagens do processo

educativo através da televisão seria a possibilidade de atualização constante dos profissionais já formados.

● Por sua vez, o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Prof. Guilardo Martins Alves, teceu considerações em torno dos objetivos da conferência, salientando os seguintes: avaliação do que se faz no Brasil relativamente ao assunto central da conferência; análise do que existe nesse terreno em países desenvolvidos; integração universidade-emprego, no que concerne às formas avançadas de tecnologia da Educação consideradas convenientes ou adequadas à nossa realidade; e implantação de Centros de Metodologia Pedagógica e de Produção de Material Educativo nas universidades brasileiras.

"Quando se fala em educação para o ano 2000", afirmou, "não se pode deixar de cogitar dos meios que a tecnologia educacional oferece para melhor se quantificar e qualificar o ato educativo. Novos métodos, processos e equipamentos estarão à nossa disposição para o grande salto do século. Estamos aqui ambiciosamente desejando contribuir para um novo projeto educacional, cujo superior objetivo é encaminhar a formação do espírito cívico e da consciência nacional, de acordo com os ideais de desenvolvimento pacífico e do respeito aos direitos humanos e à justiça social."

● Após exposição do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o Prof. William Harris, da Universidade Estadual de Bowling Green, Ohio (Estados Unidos), falou sobre os *Três Impulsos Básicos da Tecnologia Educacional*: pesquisa, diversidade e custo.

Declarou que o ensino pelo computador vem sendo considerado superior ao oferecido pela maioria dos professores, embora se sinta a falta de calor humano. A pesquisa na tecnologia educacional e o desenvolvimento de máquinas de instrução programada está progredindo rapidamente no mundo.

Quanto à instrução por computação, afirmou que sob alguns aspectos é considerada superior à do professor, embora a grande preocupação seja a sua falta de humanização, já que não há o diálogo com o aluno. Em Química, por exemplo, os alunos acham o sistema superior, mas preferem as aulas dos professores, já que estes têm personalidade, e o computador, não.

Por isso a tecnologia deve incumbir-se da rotina da instrução e os professores, em todos os níveis, da assistência paralela aos estudantes.

Mundo Universitário

Passarinho Apóia CRUTAC em todo País

A instalação de Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, em todos os Estados, especialmente no Norte e Nordeste —a exemplo do que fez a Universidade Federal do Rio Grande do Norte naquele Estado—poderá ser a solução do Governo da União para provocar a interiorização dos profissionais de nível superior.

Todos os aspectos que envolvem um programa dessa grandeza estão sendo examinados pelos setores especializados do Ministério da Educação e Cultura. De qualquer maneira, o CRUTAC da Universidade Federal do Rio Grande do Norte já demonstrou sua viabilidade, tendo o Ministro Jarbas Passarinho se mostrado entusiasmado com o trabalho desenvolvido pelos universitários nos municípios do interior.

Aos jornais disse o Ministro da Educação que os centros rurais universitários de treinamento e ação comunitária atendem aos vários objetivos do Ministério da Educação e Cultura: o custo de sua implantação é mais baixo que o dos *campi* avançados e possibilitam—como estes—estágio rural aos estudantes de nível superior.

A experiência pioneira do CRUTAC foi realizada há alguns anos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente funcionam também no Maranhão e Pernambuco, estando em fase de instalação no Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia.

Disse o Ministro Jarbas Passarinho ter ficado impressionado com a atuação dos estudantes de Medicina e de Odontologia nos municípios do interior, assistência que o próprio Estado não teria condições de oferecer. Outra vantagem que apontou: "Os estudantes, já no último ano de sua formação, às vésperas de receber seus

diplomas, são induzidos a fixar residência nas zonas rurais, o que pode abrandar o problema do excesso de recursos humanos nos grandes centros urbanos." Além disso, os CRUTAC poderão funcionar também na assessoria técnica das administrações municipais que se ressentem de pessoal devidamente qualificado.

Estágio: IEL Revela Temor do Empresário

Uma pesquisa sobre estágio prático na indústria, realizada em Santa Catarina, pelo Instituto Euvaldo Lodi, concluiu que o distanciamento entre a Universidade e a indústria decorre principalmente da mentalidade dos empresários, que consideram o estágio como perda de tempo e de lucro.

A pesquisa abrangeu os municípios de Blumenau, Lages, Criciúma, Joinville e a área da Grande Florianópolis. Dos 3.460 alunos matriculados em 1970, somente 72 estagiaram em atividades relacionadas com o seu curso. As especialidades de Engenharia, Administração e Química Industrial estão entre as mais procuradas pelo empresariado. Os industriais estão interessados na utilização de estagiários em seus quadros, mas através de um processo seletivo.

Várias empresas ofereceram estágios para o biênio 71/72, num total de 507 vagas. O número de estágios prometidos superou as previsões, mas de qualquer maneira a oferta foi sensivelmente inferior à demanda. Para dar continuidade a um sistema de ocupação permanente, o IEL de Santa Catarina pretende admitir estagiários durante as férias escolares nas regiões de maior concentração industrial.

A pesquisa foi realizada em convênio com o Instituto Técnico de Administração e Gerência, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, mediante a utilização de estudantes de Economia e Administração.

Afinidade Permite Mudança de Curso

O Conselho Federal de Educação aprovou parecer do Prof. Valnir Chagas sobre dispensa de vestibular de um para outro curso, desde que não haja prejuízo de terceiros.

A consulta, feita pela Universidade Mackenzie, de São Paulo, versa sobre a possibilidade de alguns alunos de Arquitetura, sem novo concurso de habilitação, matriculem-se em disciplinas dos cursos de Comunicação Visual, Desenho Industrial e Desenho e

Plástica (licenciatura), para complementação de estudos com vistas à obtenção do respectivo diploma.

Argumenta a Universidade que os alunos se submeteram, anteriormente, a vestibular para um curso de maior duração, cuja afinidade com os setores pretendidos é evidente; e como já foi encerrada a seleção e matrícula do corrente período letivo, o atendimento não importa em prejuízo de qualquer candidato.

Diz o Prof. Valnir Chagas que a consulta envolve dois aspectos: o da solução em si mesma e o da não-exigência de novo concurso vestibular. O primeiro encontra pleno apoio no artigo 23, § 2.º, da Lei n.º 5.540, de 28-2-68, segundo o qual "os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento de estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos". Desde, portanto, que a Universidade já tenha disciplinado a matéria no seu Estatuto ou Regimento Geral, a dispensa de disciplinas que no currículo de Arquitetura sejam idênticas ou equivalentes às dos cursos visados se fará de acordo com as normas fixadas para esse efeito.

Quanto ao segundo aspecto, o Prof. Valnir Chagas afirma, "também não vemos obstáculo a uma solução favorável, desde que não haja prejuízo para terceiros. Ainda conforme a Lei n.º 5.540, o vestibular tem uma dupla função de avaliar a formação recebida pelos candidatos na escola de segundo grau, com vistas à sua aptidão intelectual para estudos superiores" (art. 21) e de classificá-lo para distribuição das vagas oferecidas à matrícula nas universidades

Instrução Personalizada, um Novo Método de Ensino

A Universidade de Brasília está extinguindo aos poucos o sistema tradicional de aula expositiva, com a introdução de um novo método de ensino denominado Instrução Personalizada, que elimina a presença física do professor em sala e a necessidade de frequência dos alunos às aulas, diminuindo ainda em muito o custo do curso.

Através desse método, cerca de dois mil alunos já cursaram com êxito disciplinas como Física, Matemática, Biologia Animal e Química Geral. Sua aplicação está sendo estudada para utilização em outras matérias das áreas de Ciências Exatas e Biológicas.

O método consiste na realização de testes sobre o capítulo da matéria que está sendo estudada na semana, cujo conteúdo sintético

e objetivo é preparado pelo professor e distribuído impresso aos alunos. O aluno leva a apostila para casa e estuda o capítulo da maneira que melhor lhe convier. Nela está indicada também uma bibliografia básica sobre o assunto, a que o estudante poderá recorrer para esclarecer dúvidas que, em último caso, serão sanadas pelo monitor.

A correção da prova é feita na presença do estudante, e as respostas erradas são debatidas com o monitor. Os exames não envolvem notas e o próprio aluno acompanha suas deficiências, procurando corrigi-las durante o curso.

A aplicação do método—criado pelo Prof. Fred Keller, da Universidade de Colúmbia, Estados Unidos—é orientada por um grupo de professores de Psicologia, Física e Matemática, em colaboração com a UNESCO.

Segundo se informa, o sistema poderá ser aplicado, através de outro projeto da UNESCO, no Norte e Nordeste brasileiros, na área do ensino colegial.

Comparando-se a Instrução Personalizada com os demais métodos adotados pelo ensino tradicional, verificou-se que êle apresenta ótimos índices de economia: salário de professores, bôlsas de monitores, técnicos de laboratório, utilização de salas de aula, etc. Atualmente, um curso de um semestre custa aproximadamente 500 cruzeiros por aluno; o nôvo método reduz êsse custo para 150 cruzeiros.

Para estudar as diversas adaptações do sistema americano na UB, estêve em Brasília o professor dinamarquês Jens Martin Knudsen, da UNESCO.

A Universidade Ideal de Nosso Tempo

“Se quereis sair das detestáveis tradições, que não conhecem outro recurso para aumentar a renda senão multiplicar os impostos, cumpre fecundar a nação nas suas fontes vivas de sua riqueza: na sua inteligência e nas suas qualidades morais, que do desenvolvimento do ensino dependem primordial e absolutamente. Este o mais produtivo emprêgo das forças do erário nacional, cujos recursos, despendendo-os neste ramo de serviços, não consumis, antes capitalizais a juros multiplicáveis ao infinito.”

São afirmações de Rui Barbosa, citadas em conferência proferida na Universidade Federal da Bahia pelo Prof. Élon Lages Lima.

“Observa-se”, disse êle, “nitidamente, uma preocupação cada vez maior por parte dos nossos dirigentes políticos, empresários, jornalistas, professores e pessoas cultas em geral, com os rumos da Universidade brasileira. Os problemas que, não faz muito tempo, eram discutidos por alguns poucos intelectuais e cientistas mais lúcidos, os quais apontavam em conversa com colegas ante um público restrito, as deficiências do nosso ensino superior, são hoje debatidos amplamente nos demais meios de comunicação, são objeto de debates, estudos e decisões de cúpula.”

Para o conferencista são excelentes as perspectivas dessa preocupação de que está imbuído todo o povo, motivado para os problemas educacionais que o País enfrenta:

“Aos técnicos do Govêrno interessa, acima de tudo, o desenvolvimento nacional; aos pais, o acesso dos filhos à Universidade que lhes abrirá a porta do prestígio social; e aos educadores, a esperança de ver, por fim, realizada a Universidade com a qual sonharam tanto tempo.”

Lembrou ter o próprio Ministro Jarbas Passarinho, em pronunciamento recente, citado estas afirmações de Rui:

“A influência da instrução geral sobre os interesses econômicos, sobre a situação financeira e até, em grau pasmoso, sobre a preponderância internacional e a grandeza militar dos Estados é, presentemente, uma dessas verdades excepcionais, que a história contemporânea atesta com exemplos admiráveis e terríveis lições.”

Falou o Prof. Élon Lages Lima da atualidade das palavras do tribuno, uma vez que a supremacia tecnológica, em graus cada vez mais sofisticados, é o fator decisivo na guerra e na paz: para destruir, defender-se, ou viver mais confortavelmente.

“É preciso, porém, ver nelas apenas um comentário do autor”, prosseguiu, “sobre as aplicações práticas do cultivo adequado da inteligência e dos valores morais. Estas qualidades encontram ambiente ideal para seu aprimoramento na Universidade, que se constitui assim o lugar onde se forja, direta e indiretamente, a riqueza material e a independência do País. Mas não se deve confundir a parte com o todo, nem a origem com as conseqüências. A Universidade é muito mais que um centro de adestramento técnico. Ela é o templo da *Inteligência e da Liberdade*, do *Saber Desinteressado*, da *Verdade e da Beleza*, onde se cultuam e se cultivam a ciência, a arte e a filosofia. Esta concepção de Universidade nada tem de romântica. Ela corresponde à realidade histórica e tem a apoiá-la o fato paradoxal, porém comprovado, de que os grandes progressos materiais da humanidade, de certa época para

cá, têm sido baseados em estudos científicos *puros*, cujos autores não tinham outra motivação senão a curiosidade e o espírito especulativo, a busca da *verdade*, o afã legítimo de dar explicação racional aos fatos e ordenar conhecimentos logicamente.”

Disse que a Universidade deve atentar para o sentido da excelência intelectual em todos os seus aspectos, atraindo os mais destacados elementos das ciências e das artes, fornecendo-lhes condições adequadas para exercitar sua criatividade, através do debate livre, da busca incessante de respostas para os problemas que herdamos de nossos antepassados e, da mesma forma, para os criados pelas novas gerações.

A Universidade é o laboratório onde se testam hipóteses, a sala do seminário onde se debatem e se apresentam novas teorias científicas ou novas criações artísticas, a galeria onde se expõem pinturas e esculturas novas ou clássicas, o auditório onde se ouvem músicas antigas ou modernas.

E, acima de tudo, a Universidade é dos jovens. Sem eles o pensador se estiola, fenece e resseca, desestimulado no círculo vicioso de seus próprios pensamentos, acovardado diante dos problemas que não conseguiu resolver, ameaçado pelo espectro da morte ou da senilidade que trará consigo, infalivelmente, o fim da luta no meio da missão, antes que o quadro total seja completado.

“O jovem discípulo é que”, acrescentou, “procurando entender, formula questões inquietadoras; entusiástico, injeta sangue novo e estimula o trabalho; ingênuo, ataca problemas que antes derrotaram grandes homens; ignorante das tentativas já feitas pelos antecessores, cria seus próprios métodos, sendo muitas vezes bem sucedido.”

Depois de enfatizar que a Universidade é o lugar onde se investiga e se cria, se ensina e se formam novos investigadores em todos os campos do conhecimento humano, e que os setores acadêmico e profissional não são, de nenhum modo, antagônicos, o Prof. Elon Lages Lima afirma:

“Mas a Universidade se situa numa comunidade, dela faz parte integrante e é por ela mantida. Tem, conseqüentemente, uma dívida para com a sociedade em que vive e deve saldá-la com serviços. Cabe à Universidade, como sede do conhecimento e fonte de recursos humanos, a missão de preparar para a sociedade os técnicos e profissionais necessários para a execução dos serviços, cada dia mais sofisticados, que a civilização moderna, de nossos dias, está a exigir.”

Aspectos Internacionais da Educação

Green Bay—Universidade Dedicada ao Meio Ambiente

Howard W. Young

Os historiadores do futuro poderão chegar à conclusão de que a Universidade norte-americana mais importante da década de 1970 não foi a de Harvard, de Chicago ou da Califórnia, mas uma instituição conhecida como Green Bay.

O que é Green Bay? Geograficamente, é uma enseada na área do Lago Michigan, um dos grandes lagos entre os Estados Unidos e o Canadá, e uma cidade do mesmo nome, situada em uma de suas margens, com uma população de 100.000 habitantes. Mas Green Bay é também uma das mais novas universidades dos Estados Unidos, uma instituição com três *campi*, cerca de 3.000 alunos e que pertence oficialmente à Universidade de Michigan.

Green Bay é uma universidade ecológica ou, segundo alguns, “uma universidade de sobrevivência”. Sua estruturação difere completamente das outras 2.500 universidades norte-americanas. Ao invés de ensino de Inglês, História, Química e outras matérias que compõem normalmente o currículo universitário, seus estudos são dedicados a ciências comunitárias, ciências ecológicas, comunicação criativa e biologia humana. Seus alunos recebem diplomas por estudos superiores em uma dessas matérias. A universidade pretende iniciar programas de pós-graduação ainda em meados desta década, quando a instituição espera alcançar uma frequência de 20.000 alunos.

Não existe um programa regular de ensino em Green Bay. Grande parte é decidida entre aluno e professor. O currículo é determinado pelo que o aluno deseja estudar e qual a contribuição que espera prestar através de seu aprendizado. Durante os quatro anos de estudos, terá provavelmente que frequentar cursos de Economia, Geografia, Ciências Políticas, Sociologia, Estatística e Técnica de Programação de Computadores. Entretanto, grande parte de seu trabalho será realizada fora das salas de aulas.

Se, ao contrário, desejar especializar-se em poluição da água, deverá matricular-se na Faculdade de Ciências Ecológicas. Poderá circunscrever seus estudos à poluição em potencial das águas do Lago Michigan. Neste caso, seus estudos incluirão, inevitavelmente, Química, Geologia, Hidrologia, Engenharia, Programação de Computadores e Estatística.

A Universidade de Green Bay foi o local escolhido para a Primeira Conferência Nacional sobre Educação Ecológica, patrocinada pelo Escritório Norte-Americano de Educação, a Associação Nacional Audubon (sociedade protetora da vida selvagem) e a própria universidade, em dezembro de 1970. Os 150 participantes foram unânimes em afirmar que os professores devem incentivar os alunos a passar ao ar livre grande parte do tempo destinado aos estudos, procurando "sentir" o meio-ambiente, ao invés de se concentrarem na mensagem ecológica básica. E é isto que Green Bay procura realizar.

Os primeiros alunos a se matricularem na universidade ainda não completaram seu segundo ano de estudos mas a escolha que fizeram mereceu palavras de incentivo de vários setores. John Fischer, antigo redator-chefe de uma das principais revistas dos Estados Unidos, classificou-a de "a experiência educacional mais promissora e estimulante que constatei nos últimos anos... uma inovação verdadeiramente radical, não somente em seus objetivos mas na estrutura interna e métodos de ensino. Se tivesse que recomendar meus estudos universitários, sem dúvida esta seria minha escolha."

Diversas universidades norte-americanas mantêm cursos sobre ecologia. Mais de 100 já criaram programas relativos ao estudo do meio-ambiente e muitas associaram seus recursos para tratar conjuntamente de problemas ecológicos.

Mas até o momento, Green Bay é a única universidade dedicada inteiramente ao estudo do meio-ambiente e a criar uma estrutura acadêmica voltada totalmente para os estudos da Ecologia.

Nôvo Dicionário de Inglês

Lançado em setembro do ano passado nos Estados Unidos, já está na lista dos dez livros mais vendidos o nôvo *The American Heritage Dictionary of the English Language*, que, segundo seus editores, "põe fora de moda 61 milhões de dicionários".

Segundo informa a revista *Publishers' Weekly*, trata-se do primeiro dicionário escolar que, para selecionar palavras e definir (ou redefinir) vocábulos em uso nos Estados Unidos, utilizou-se da consulta a um grupo selecionado pelo seu alto domínio do idioma inglês e formado por 104 destacados escritores, editores, poetas, conferencistas, etc.

Computadores foram empregados para determinar a ocorrência de palavras na linguagem escrita, o que levou à constatação de que, pelo menos nos Estados Unidos, os jornalistas têm um vocabulário maior e mais versátil que os eruditos.

Identificado o Fator Biológico da Personalidade

A cientista francesa Leone Bourdel afirma ter identificado no sangue o fator biológico da personalidade, de modo a permitir prever, por exemplo, o comportamento escolar de uma criança, conforme o seu grupo sanguíneo.

De acordo com a Dr.^a Leone Bourdel, o menino do grupo A é genial, hipersensível, individualista: na escola, é necessário deixar que se acostume ao estudo e aos professores, jamais o forçando a fazer aquilo que lhe desagrade. É inclinado para as Letras Clássicas, a Filosofia, e, em geral, tôdas as atividades artísticas.

O do grupo B é mais precoce e mais metódico. Nada o perturba tanto quanto uma alteração em seu ritmo de trabalho, e por isso não se deve mudá-lo de escola. Revela tendência para a Matemática e as Ciências.

O menino do grupo O é extrovertido e sentimental, bom conversador e dotado de grande inteligência prática. É dócil na Escola e sabe adaptar-se aos ensinamentos recebidos, sendo dotado para Direito, Ciências Econômicas e Comerciais, e Engenharia. Terá êxito nos negócios, na política, nas atividades turísticas.

Finalmente, a criança pertencente ao grupo sanguíneo AB é a mais instável, a mais ávida de conhecimentos, a mais excessiva em tudo. Na escola, precisa ser conduzida com mão de ferro e submetida a um programa variadíssimo. Tem inclinação para as atividades técnicas.

Atos Oficiais

Dec. nº 68.624, de 17-5-71—Concede reconhecimento ao Curso de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, PB (D.O. de 18-5-71).

Dec. nº 68.627, de 17-5-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Engenharia Civil e Industrial de Itatiba (com os Cursos de Engenharia Civil e Engenharia de Operação—modalidade mecânica, estradas e construções), mantida pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina e sediada em Itatiba, SP (D.O. de 18-5-71).

Dec. nº 68.628, de 18-5-71—Concede reconhecimento ao Curso de Estudos Sociais (Licenciatura de 1º ciclo) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Imaculada Conceição", em Santa Maria, RS (D.O. de 19-5-71).

Dec. nº 68.629, de 18-5-71—Altera' o Decreto nº 65.912, de 19-12-69, que regulamentou o Decreto-lei nº 972, de 17-10-69, que provê sobre a profissão de jornalista (D.O. de 19-5-71).

Dec. nº 68.631, de 19-5-71—Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí (D.O. de 20-5-71).

Dec. nº 68.636, de 20-5-71—Concede reconhecimento ao Curso de Canto do Conservatório Musical de Santos, SP (D.O. de 21-5-71).

Dec. nº 68.637, de 20-5-71—Autoriza o funcionamento dos Cursos de Desenho e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales, mantida pela Associação Educacional de Jales, SP (D.O. de 21-5-71).

Dec. nº 68.644, de 21-5-71—Concede reconhecimento ao Curso de Formação de Tecnólogos de Alimentos da Faculdade de Tecnologia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas, SP (D.O. de 24-5-71).

Dec. nº 68.681, de 25-5-71—Autoriza a contratação, em nome da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), de operação de crédito externo, no montante de US\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil dólares), destinado ao financiamento parcial de Programa de Ensino Médio (Profissional) e Superior de Curta Duração (Engenharia Operacional), a cargo do Ministério da Educação e Cultura (D.O. de 26-5-71).

Dec. nº 68.698, de 2-6-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Engenharia "General Roberto Lisboa", mantida pela

Sociedade Universitária Prof. Nuno Lisboa, no Rio de Janeiro, GB (D.O. de 3-6-71).

Dec. nº 68.699, de 2-6-71—Autoriza o funcionamento dos Cursos Especiais para Formação de Professôres de Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar, na Universidade de Passo Fundo, RS, observadas as formalidades estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação (D.O. de 3-6-71).

Dec. nº 68.700, de 2-6-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Educação Física de Tatuí, mantida pela Associação Atlética XI de Agosto, em Tatuí, SP (D.O. de 3-6-71).

Dec. nº 68.704, de 3-6-71—Regulamenta a Lei nº 4.324, de 14-4-64, que instituiu os Conselhos Federal e Regionais de Odontologia (D.O. de 4-6-71).

Dec. nº 68.712, de 3-6-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santana", com os Cursos de Pedagogia, Letras (Português e Inglês), Estudos Sociais, Ciências Sociais e Matemática, mantida pelo Instituto Santanense de Ensino Superior, em São Paulo, SP (D.O. de 4-6-71).

Dec. nº 68.713, de 4-6-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Educação "Princesa Isabel", mantida pela Associação "Princesa Isabel" de Educação e Cultura (APIEC), com os Cursos de Orientação Educacional (1º e 2º graus), Magistério dos Cursos Normais e de Administração Escolar (1º e 2º graus), em São Paulo, SP (D.O. de 7-6-71).

Dec. nº 68.726, de 9-6-71—Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das equipes técnicas de alto nível de que trata o artigo 11 da Lei nº 5.645, de 10-12-70 (D.O. de 9-6-71).

Dec. nº 68.728, de 9-6-71—Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático (D.O. de 11-6-71).

Dec. nº 68.733, de 11-6-71—Autoriza o funcionamento da Escola de Educação Física de Itapetinga, mantida pela Fundação Karning Bazarian, em Itapetinga, SP (D.O. de 11-6-71).

Pós-graduação

O Ministro da Educação e Cultura baixou Portaria constituindo Grupo de Trabalho para negociar com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) o financiamento para o Projeto de Implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação.

O referido GT será coordenado pelo Dr. Celso Barroso Leite, Diretor-Executivo da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e contará com a colaboração dos

seguintes técnicos: Prof. Carlos Alberto Serpa, do Departamento de Assuntos Universitários do MEC; Dr. Wilson Brandão, da Secretaria Geral do MEC; Prof. Raimundo Moniz de Aragão, da Comissão Nacional dos Centros Regionais de Pós-Graduação; Prof^a Maria Aparecida Pourchet Campos, do Centro Nacional de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; e Dr. José Maria Pinheiro, do Ministério da Fazenda (D.O. de 21-5-71).

Reitor

O Prof. Erly Dias Brandão foi nomeado Reitor da Universidade Federal de Viçosa (D.O. de 27-5-71).

Diretor

Foram nomeados Diretor:

—da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Prof. Rafael Cabral Pereira Fagundes (D.O. de 20-5-71);

—da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Prof. Hélio Varela de Albuquerque (D.O. de 20-5-71);

—do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Carlos Geraldo de Oliveira (D.O. de 20-5-71);

—do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o Prof. Fernando Alfredo Guedes Pereira de Melo Freire (D.O. de 20-5-71);

—do Instituto de Medicina da Universidade Federal Fluminense, o Prof. Joaquim Cardoso Lemos (D.O. de 20-5-71);

—da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Prof. Herbert Guarini Calhau (D.O. de 20-5-71);

—do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, o Prof. Soliéggio Gomes Ramalho (D.O. de 27-5-71);

—da Escola Superior de Agricultura de Lavras, o Prof. Fábio Pereira Cartaxo (D.O. de 3-6-71);

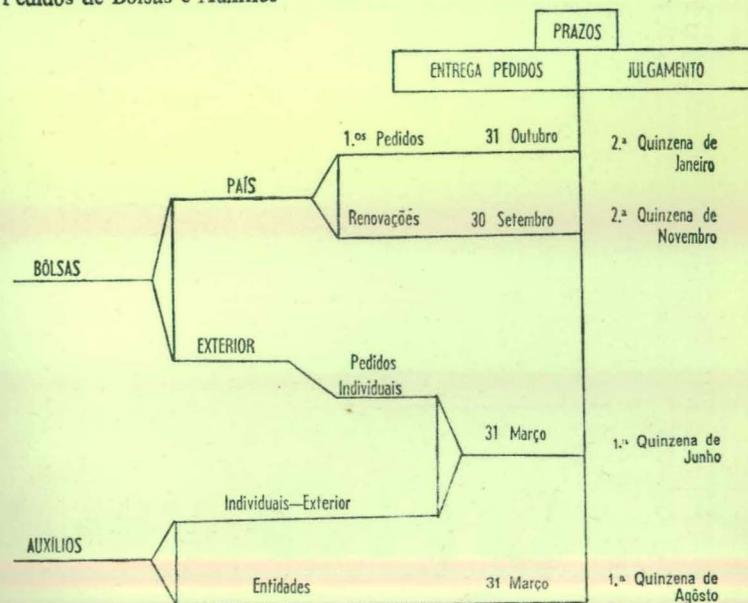
—da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, o Prof. Hugo Luiz Sepúlveda (D.O. de 3-6-71);

—da Escola de Engenharia da Universidade Federal da Paraíba, o Prof. Vitoriano Gonzalez y Gonzalez (D.O. de 3-6-71);

—da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Paraná, o Prof. Pedro Pimpão de Azevedo (D.O. de 3-6-71).

—do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, a Prof^a Yeda de Andrade Ferreira (D.O. de 11-6-71).

Cronograma Pedidos de Bolsas e Auxílios



VALORES ATUAIS

a) Bolsas de Estudo no País

Nível A, aperfeiçoamento, qualificação técnica e estágio sem visar à obtenção dos títulos de Mestre ou de Doutor:

Cr\$ 500,00(*)—Cr\$ 650,00 (**).

Nível B, pós-graduação I, *sensu stricto*, durante o primeiro ano: Cr\$ 750,00 (*)

—Cr\$ 900,00 (**).

Nível C, pós-graduação II, *sensu stricto*, a partir do segundo ano: Cr\$ 900,00 (*)

—Cr\$ 1.100,00 (**).

(*)—candidato residente na mesma área de localização do Centro de Treinamento.

(**)—candidato residente fora da área de localização do Centro de Treinamento.

b) Bolsas de Estudo no Exterior.

Mensalidade—bolsista solteiro, US\$ 300,00

bolsista casado, US\$ 420,00

Taxas Escolares—quando devidamente comprovadas e essenciais ao cumprimento do programa.

c) Auxílio Individual—passagem de ida e/ou volta do bolsista entre o local de sua moradia e o da realização do curso ou estágio.

IMPORTANTES

1—Após o julgamento e aprovação do pedido da bolsa não haverá reajuste nas mensalidades por motivo de casamento.

2—Só serão concedidas bolsas e auxílios para cursos e estágios de, no mínimo, 4 meses, no País, e de 6 meses, no Exterior, e no máximo 12 meses. Nos casos de cursos de Mestrado ou de Doutorado, a bolsa poderá ser renovada dependendo, entretanto, das informações do orientador do bolsista sobre seu aproveitamento.

NOTA—A matéria deste Boletim poderá ser republicada no total ou em parte, ou refundida, desde que mantido seu espírito.

Impresso no Setor de Artes Gráficas da
Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca"—Rio--GB